

Rodrigo Leite Ferreira Cabral

Manual do
**ACORDO DE NÃO
PERSECUÇÃO PENAL**

À luz da Lei 13.964/2019
(Pacote Anticrime)

3ª | revista
edição | atualizada
ampliada

2022



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPodivm

Diagramação: Equipe Juspodivm

Capa: Ana Caquetti

C117m Cabral, Rodrigo Leite Ferreira.
Manual do Acordo de Não Persecução Penal / Rodrigo Leite Ferreira Cabral – 3. ed.
rev. atual. e ampl. – São Paulo: Editora JusPodivm, 2022.
304 p.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-442-3660-4.

1. Direito processual penal. 2. Persecução penal. I. Cabral, Rodrigo Leite Ferreira.
III. Título.

CDD 341.43

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE ABREVIATURAS.....	15
Capítulo 1	
INTRODUÇÃO.....	17
Capítulo 2	
FUNDAMENTOS DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL... 19	
2.1. O PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE DA AÇÃO PENAL	19
a) Histórico do princípio da obrigatoriedade.....	21
b) Princípio da obrigatoriedade e teoria da pena.....	33
c) Por uma nova compreensão da obrigatoriedade	36
2.2. A EVOLUÇÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL... 40	
a) Influências para a sua criação	41
b) Razões político-criminais para o Acordo de não persecução ...	47
c) Resolução 181/17-CNMP versus art. 28-A, CPP	58
2.3. PROCESSO PENAL E CONSENSO.....	69
a) ANPP e plea bargain	70
b) ANPP e transação penal	73
c) ANPP e suspensão condicional do processo.....	76
d) ANPP e colaboração premiada	78
Capítulo 3	
ARQUITETURA DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO.....	83
3.1. NATUREZA JURÍDICA DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL	85
a) Negócio jurídico que veicula política criminal do Ministério Público	86
b) Obrigações assumidas como equivalentes funcionais da pena .	90

3.2.	REQUISITOS OBJETIVOS PARA O ANPP	93
a)	Pena mínima inferior a quatro anos (CPP, art. 28-A, <i>caput</i>)	94
b)	Não cometido com violência ou grave ameaça (CPP, art. 28-A, <i>caput</i>)	96
c)	Necessidade e suficiência para a reprovação e prevenção (CPP, art. 28-A, <i>caput</i>)	100
d)	Não seja admitida transação penal (CPP, art. 28-A, § 2º, I).....	110
e)	Inexistência de violência doméstica ou familiar ou razões da condição de sexo feminino (CPP, art. 28-A, § 2º, IV)	111
f)	Não ser caso de arquivamento (CPP, art. 28-A, <i>caput</i>)	117
3.3.	REQUISITOS SUBJETIVOS PARA O ANPP	118
a)	Sem reincidência, habitualidade, reiteração ou profissionalismo (CPP, art. 28-A, § 2º, II)	118
b)	Inexistência de acordo anterior (CPP, art. 28-A, § 2º, III).....	124
c)	Confissão formal e circunstanciada (CPP, art. 28-A, <i>caput</i>)....	125
3.4.	PRESSUPOSTOS DE EXISTÊNCIA, VALIDADE E EFICÁCIA DO ANPP	139
a)	Plano da existência	140
b)	Plano da validade.....	145
c)	Plano da eficácia.....	148
3.5.	O OBJETO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO	149
a)	Contextualização.....	149
b)	Reparar o dano ou restituir a coisa (CPP, art. 28-A, I)	151
c)	Renunciar a bens e direitos (CPP, art. 28-A, II)	163
d)	Prestar serviço à comunidade ou entidade pública (CPP, art. 28-A, III)	166
e)	Pagar prestação pecuniária (CPP, art. 28-A, IV)	171
f)	Cumprir outra condição (CPP, art. 28-A, V)	173
g)	Das obrigações do Ministério Público	177
h)	Da inclusão de cláusulas que estabeleçam deveres laterais de conduta	178
i)	Da inclusão de outros acordos no bojo do ANPP	180
3.6.	APRECIACÃO JUDICIAL DO ANPP	182

a)	Da natureza jurídica da decisão que aprecia o ANPP.....	183
b)	Da homologação e fixação do local de cumprimento	185
c)	Da não homologação do ANPP.....	190
d)	Das consequências da não homologação do ANPP	199
e)	Da negativa do MP em propor o ANPP e sua eventual revisão	201
f)	Dos recursos no âmbito de aplicação do ANPP	210
3.7.	EXECUÇÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO	211
a)	Competência para a execução do ANPP	214
b)	Fiscalização do cumprimento	217
c)	Cumprimento do acordo	218
d)	Descumprimento e Rescisão do acordo	219
e)	Extinção anormal do ANPP	222
f)	Recursos contra as decisões na execução do ANPP.....	222
3.8.	QUESTÕES PRÁTICAS E CONTROVERTIDAS SOBRE O ANPP	223
a)	Ação penal privada e subsidiária da pública	223
b)	Juiz e Promotor Natural	228
c)	Pessoa Jurídica e ANPP	229
d)	Cumprimento dos atos processuais.....	232
e)	Nomeação de defensor	235
f)	Direito subjetivo do investigado?	236
g)	Audiência de custódia.....	239
h)	Justiça Militar e Eleitoral	240
i)	Crimes hediondos ou equiparados	247
j)	Foro especial por prerrogativa de função.....	248
l)	Processos penais em curso	249
Capítulo 4		
CONCLUSÃO		263
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		265

ANEXO I

ART. 18 DA RES. 181/17-CNMP	273
--	------------

ANEXO II

MODELOS DE ANPP.....	277
-----------------------------	------------

MODELO 1	278
----------------	-----

MODELO 2	285
----------------	-----

MODELO 3	289
----------------	-----

ANEXO III

MODELO DE HOMOLOGAÇÃO DE ANPP	297
--	------------

ANEXO IV

MODELO DE NÃO HOMOLOGAÇÃO DE ANPP	301
--	------------

ANEXO V

MODELO DE DEVOLUÇÃO DO ANPP AO MP	303
--	------------